

# Boletim



Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 11 – 5 de janeiro de 2005



## Vejam neste Número

**Ação da OAB para fazer  
Congresso auditar dívida chega  
ao STF (Pág 4)**

### **Milagre do Crescimento?**

O governo divulga dados que indicam um crescimento econômico espetacular, e afirma que a política econômica está correta. Mas será que estamos crescendo? Como está o emprego, e a renda dos trabalhadores, com a política de endividamento? (pág 5)

### **As Atividades da Auditoria Cidadã em 2004**

Vejam o relato das principais ações da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida realizadas ano passado. (pág 11)

### **Auditoria Cidadã da Dívida**

#### **Coordenação**

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

#### **Responsável técnico pelo Boletim**

Rodrigo Vieira de Ávila

**Contato:** (61) 218-5276

[auditoriacidada@unafisco.org.br](mailto:auditoriacidada@unafisco.org.br)

[www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)

#### **Campanha Jubileu Sul**

**Contato:** (11) 5572-1518

[jubileubrasil@terra.com.br](mailto:jubileubrasil@terra.com.br)

### **Números da dívida**

#### **Janeiro a Novembro de 2004**

Vejam quanto o país pagou de juros no período, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais. (pág 2)

### **Seminário Internacional:**

#### **“Ilegitimidade da Dívida: Um Caso de Auditoria”**

A Campanha Jubileu Sul realizou, em Brasília, dia 10 de novembro de 2004, Seminário que buscou fortalecer a articulação internacional para a auditoria conjunta das dívidas dos países do 3º Mundo. (pág 7)

### **Grupo de Estudos da Auditoria da Dívida – São Paulo lança estudo sobre projeções para o Endividamento Público**

Mesmo com superávits primários leoninos e altas taxas de crescimento econômico nos próximos anos, dificilmente o Brasil poderá reduzir seu endividamento aos níveis pré-FHC. (pág 12)

## Números da dívida: Janeiro a Novembro de 2004

### 1 - Pagamento de Juros da Dívida Interna e Externa

De janeiro a novembro de 2004, os juros acumulados pelas esferas federal, estadual e municipal foram de R\$ 116,687 bilhões.<sup>1</sup> Esse valor representou mais que toda a “economia” feita pelas 3 esferas de governo no período para o pagamento da dívida (R\$ 84,8 bilhões, o chamado “Superávit Primário”). Apesar do enorme sacrifício imposto à Nação para se produzir o superávit primário, houve ainda um déficit de R\$ 31,9 bilhões nas contas públicas, visto que os juros não puderam ser pagos em sua totalidade (Tabela 01).

**Tabela 01. Contas Públicas, janeiro a novembro de 2004, em R\$ milhões**

Esfera de Governo	Juros (a)	Superávit Primário (b)	Déficit Público (a-b)
Setor público	116 687	84 829	31 859
Governo central	72 671	55 495	17 176
Governos estaduais	40 239	16 427	23 812
Governos municipais	7 043	1 434	5 609
Empresas estatais	-3 265	11 473	-14 738

Fonte: Banco Central

Quando analisamos os gastos com a dívida como percentagem do PIB (Produto Interno Bruto, que significa a soma de todas as riquezas produzidas pelo país), vemos que, de janeiro a novembro de 2004, 7,28% de tudo o que se produziu no Brasil foi destinado ao pagamento de juros. Apesar da economia feita pelo governo - o chamado “Superávit Primário” - de 5,29% do PIB, houve ainda um déficit de 1,99% do PIB nas contas públicas (Tabela 02). Interessante observarmos que a meta de superávit imposta pelo FMI para as 3 esferas de governo era de 4,25% do PIB, meta esta aumentada pelo governo para 4,5% em setembro. E o superávit realizado foi de 5,29%!

**Tabela 02. Contas Públicas, janeiro a novembro de 2004, em % do PIB**

Esfera de Governo	Juros (a)	Superávit Primário (b)	Déficit Público (a-b)
Setor público	7,28	5,29	1,99
Governo central	4,54	3,46	1,07
Governos estaduais	2,51	1,03	1,49
Governos municipais	0,44	0,09	0,35
Empresas estatais	-0,20	0,72	-0,92

Fonte: Banco Central

Se compararmos o gasto de juros da esfera federal nos primeiros 11 meses de 2004 (R\$ 72,7 bilhões) com a arrecadação total de tributos federais no mesmo período (R\$ 289,9 bilhões), veremos que 25% de tudo que arrecadamos está sendo destinado à dívida.

A Dívida Mobiliária Federal Interna também aumentou durante este período, passando de R\$ 787,14 bilhões em dezembro de 2003 para R\$ 851,99 bilhões em outubro de 2004.

<sup>1</sup> É importante ressaltar que este valor foi obtido a partir do critério de “competência”, isto é, significa quanto a dívida aumentou por causa dos juros, e não o que foi, efetivamente, dispendido pelo governo (critério de “pagamento”). Para diferenciarmos o critério de “competência” do de “pagamento”, façamos o seguinte exemplo: uma pessoa deve 100 reais a um banco, pagando 10% ao mês de juros, em parcelas bimestrais. Ao final do primeiro mês, sua dívida aumentou de R\$ 100 para R\$ 110. Ao final do segundo mês, sua dívida aumentou para R\$ 121, e ele pagou ao banco os R\$ 21 de juros acumulados. Portanto, no primeiro mês, o devedor pagou de juros R\$ 10 pelo critério de competência, e R\$ 0 pelo critério de efetivo pagamento. No segundo mês, o devedor pagou R\$ 11 de juros pelo critério de competência, e R\$ 21 pelo critério de “pagamento”.

No caso da Dívida Externa, observamos um aumento no pagamento de amortizações, que atingiram US\$ 29,7 bilhões no período de janeiro a novembro de 2004, contra apenas US\$ 23,7 bilhões no mesmo período de 2003. Ao mesmo tempo, os empréstimos tomados pelo Brasil caíram drasticamente, de US\$ 31,7 bilhões para apenas R\$ 14,3 bilhões. Este processo reflete a devolução dos empréstimos do FMI – liberados em 2003 – e o maior pagamento de dívidas externas privadas.

Portanto, de janeiro a novembro de 2004, as amortizações superaram os empréstimos em nada menos que R\$ 15,3 bilhões. Somando a este valor os juros pagos (US\$ 12,3 bilhões), vemos que a transferência líquida de recursos para os credores externos foi de nada menos que US\$ 27,6 bilhões no período. Porém, a dívida caiu apenas US\$ 15 bilhões de dezembro de 2003 a setembro de 2004. (Tabela 03).

**Tabela 03. Dívida Externa, 1999 a 2004, em US\$ milhões**

Dívida Externa	1999	2000	2001	2002	2003		2004		
	Dez	Dez	Dez	Dez	Set	Dez	Mar	Jun	Set
Dívida Pública	100 682	92 358	93 182	110 420	123 720	119 796	119 576	113 941	114 053
Dívida Privada (1)	140 787	143 798	132 885	117 268	114 771	115 617	114 054	110 268	106 264
Total	241 469	236 156	226 067	227 688	238 491	235 413	233 630	224 209	220 317

Fonte: Banco Central

(1) Inclui dívida do setor público financeiro

## 2 – Contas Externas

As nossas contas externas continuam apresentando resultados preocupantes, apesar dos superávits comerciais tão comemorados pela mídia e pelo governo. De janeiro a novembro de 2004, o país enviou para o exterior US\$ 12,3 bilhões de juros da dívida externa, US\$ 6,4 bilhões de lucros das multinacionais e US\$ 4,2 bilhões de serviços contratados no exterior. E como visto acima, as amortizações da dívida externa atingiram US\$ 29,7 bilhões. Todas essas remessas somaram US\$ 52,6 bilhões, ou seja, US\$ 22,4 bilhões a mais que o tão comemorado saldo da balança comercial, de US\$ 30,2 bilhões. Ou seja, todo o nosso esforço exportador – baseado no *agribusiness*, destruidor de empregos e do meio-ambiente - não é suficiente para pagarmos nossas despesas com o exterior. Portanto, a persistir essa política, continuamos dependentes da entrada de capitais estrangeiros, cujo humor muda como o vento.

## 3 - Destinação dos Gastos Federais

Nos 11 primeiros meses de 2004, o Governo Federal destinou nada menos que R\$ 124,1 bilhões ao pagamento das dívidas externa e interna<sup>2</sup>, enquanto apenas destinou R\$ 65,2 bilhões a todas as áreas sociais listadas na tabela a seguir.

Verifica-se que nos setores de saneamento e habitação o governo ainda não aplicou quantias significativas em 2004. A Reforma Agrária recebeu apenas 54,9% do programado para o ano, enquanto o setor de transportes contou com apenas 42,46%. Quando verificamos os investimentos realizados em 2004, constatamos que, dos R\$ 13,4 bilhões previstos para o ano, apenas 26,48% foram aplicados até novembro.

<sup>2</sup> Esse valor difere dos R\$ 72,7 bilhões apontados no item 1 pois agora é utilizado o critério de "pagamento". Ver nota anterior.

**Tabela 04. Governo Federal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2004**

<b>Itens Selecionados</b>	<b>Programado para o ano (R\$ mil)</b>	<b>Realizado até novembro (R\$ mil)</b>	<b>% Realizado</b>
Segurança Pública	3.064.212	1.994.474	65,09
Assistência Social	13.237.982	12.125.636	91,60
Saúde	33.562.793	26.941.169	80,27
Educação	14.932.897	11.017.600	73,78
Cultura	425.263	185.653	43,66
Urbanismo	1.276.434	577.932	45,28
Habitação	568.613	179.714	31,61
Saneamento	184.961	7.207	3,90
Gestão Ambiental	1.526.564	770.375	50,46
Ciência e Tecnologia	2.701.097	1.825.207	67,57
Agricultura	12.187.809	6.057.583	49,70
Organização Agrária	2.619.365	1.438.001	54,90
Energia	727.501	251.492	34,57
Transporte	4.420.145	1.876.992	42,46
<b>TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS</b>	<b>91.435.636</b>	<b>65.249.035</b>	<b>71,36</b>
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA</b>	<b>190.772.647</b>	<b>124.119.549</b>	<b>65,06</b>
Serviço da Dívida Interna	142.688.769	100.201.717	70,22
Serviço da Dívida Externa	48.083.878	23.917.832	49,74

Fonte: Banco Central e Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos - [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br). Obs: O serviço da dívida externa refere-se à dívida externa pública.

### **Ação da OAB para fazer Congresso auditar dívida chega ao STF**

Brasília, 06/12/2004 – OAB Notícias

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, acaba de ingressar no Supremo Tribunal Federal com argüição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF n° 59) propondo que o Congresso Nacional seja obrigado a cumprir o artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que prevê a auditoria da dívida externa brasileira. O artigo 26 do ADCT da Constituição Federal determina que o Congresso Nacional “promova e ultime, através de comissão mista, exame analítico e pericial integral, sob todos os aspectos, de todos os atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro”.

O dispositivo estabelece que no prazo de um ano a contar da promulgação, o Congresso Nacional promoveria, “através de comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro”. Passados dezesseis anos, aquele artigo não foi cumprido e a OAB entende que o Congresso Nacional deve ser acionado judicialmente para efetivá-lo. “A dívida externa comprometeu o crescimento brasileiro, permitiu a perpetuação da miséria e atingiu a própria soberania do país”, afirma o parecer do Conselho Federal da OAB aprovado à unanimidade pelos seus representantes, propondo a argüição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

Conforme a ação da OAB que deu entrada no STF, “o endividamento externo restringiu a soberania brasileira, atingiu a dignidade da pessoa humana, dos brasileiros, e ainda impediu fossem realizadas ações capazes de erradicar a pobreza”. E acrescenta: A análise integral da dívida, com seu eventual repúdio, e a responsabilização daqueles que a promoveram irregularmente, determinadas pelo artigo 26 do ADCT, ante sua vinculação com os princípios da soberania, da dignidade da pessoa humana, com o objetivo de erradicação da pobreza e o próprio princípio da coisa pública, com a obrigatoriedade dele decorrente de sua boa gestão, conformam o preceito apontando como violado em preceito fundamental, cujo descumprimento autoriza o ajuizamento de argüição de descumprimento”.

Além de tentar obrigar o Congresso a fazer a auditoria da dívida externa, a OAB estuda a possibilidade de ações também contra o endividamento interno brasileiro. Dados preliminares da entidade, indicam que a dívida externa atualmente é de cerca de US\$ 200 bilhões (cerca de R\$ 600 bilhões), enquanto o endividamento interno já se aproxima dos R\$ 1 trilhão, conforme o relator da proposta no Conselho Federal da OAB, Arx Tourinho (conselheiro federal pela Bahia), que propôs o questionamento ao STF em forma de argüição de descumprimento de preceito fundamental.

**Vejam a íntegra da Ação no site [www.divida-auditoriacidade.org.br](http://www.divida-auditoriacidade.org.br)**

## Milagre do Crescimento?

**O governo divulga dados que indicam um crescimento econômico espetacular, e afirma que a política econômica está correta. Mas será que estamos crescendo? Como está o emprego, e a renda dos trabalhadores, com a política de endividamento?**

Dia 30 de novembro de 2004, o governo comemorou o crescimento de 6,1% do PIB (Produto Interno Bruto, que representa a soma de todas as riquezas produzidas pelo país) no terceiro trimestre de 2004, em comparação ao mesmo período de 2003. Segundo o governo, este foi o maior aumento do PIB - no terceiro trimestre - desde 1996. Com esta afirmação, o governo dá a entender que a política econômica estaria correta, e que qualquer mudança de rumo seria inconveniente.

Em primeiro lugar, temos de saber qual setor está realmente crescendo. Medido pela “ótica da demanda”, o PIB é calculado pela soma do consumo das famílias, consumo do governo, Formação Bruta de Capital Fixo (que são os investimentos), as Exportações, menos as Importações. Nos últimos trimestres, o item que mais tem contribuído com este crescimento é o referente às exportações (que cresceram 18% no terceiro trimestre), baseadas em produtos básicos, como os agrícolas, provenientes do chamado “agribusiness”. Este setor é altamente destruidor de empregos, visto que é altamente mecanizado, e ocupa áreas que poderiam ser destinadas à agricultura familiar, mais empregadora, e voltada para o mercado interno.

Por outro lado, se verificarmos o que vem ocorrendo com o consumo das famílias (que mede o poder de compra dos trabalhadores brasileiros), veremos que o crescimento ocorrido no terceiro trimestre apenas compensou parte da grande queda ocorrida nos anos anteriores, principalmente em 2001 e 2003, quando a renda dos trabalhadores sofreu reduções abruptas. No terceiro trimestre de 2004, o consumo das famílias per capita - ou seja, dividido pela população brasileira - cresceu 4,22% em comparação ao mesmo período de 2003, após ter caído 4,24% em 2001, 1,29% em 2002, e 3,33% em 2003 (ver tabela). Ao final das contas, estamos, hoje, com um consumo per capita 5% menor que no ano 2000.

Já o consumo do governo continua patinando. Ele cresceu apenas 0,4% no terceiro trimestre, e está apenas 2% maior que no terceiro trimestre de 1999, ao mesmo tempo em que o

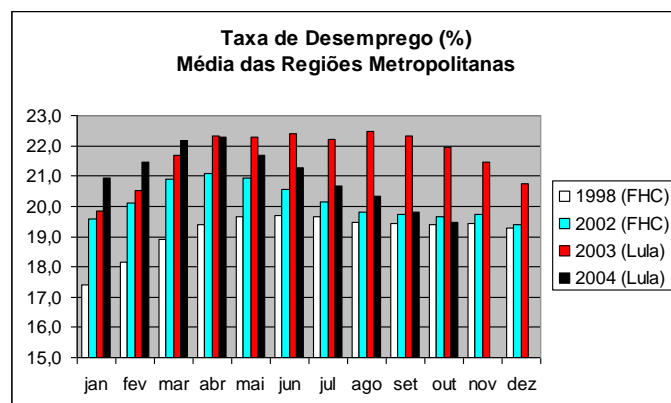
PIB subiu 14% desde aquele ano. Ou seja: o consumo do governo está perdendo participação no PIB, devido à política de superávit primário, que o obriga a cortar gastos e investimentos. Esse é o resultado do endividamento.

### Crescimento do Consumo das Famílias 2000 a 2004 (Terceiro Trimestre)

Trimestre	Crescimento do Consumo das Famílias em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)	Crescimento populacional em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)	Crescimento do Consumo das Famílias per capita em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)
3º trim. 2001	-2,83	1,47	-4,24
3º trim. 2002	0,15	1,46	-1,29
3º trim. 2003	-1,94	1,44	-3,33
3º trim. 2004	5,70	1,43	4,22

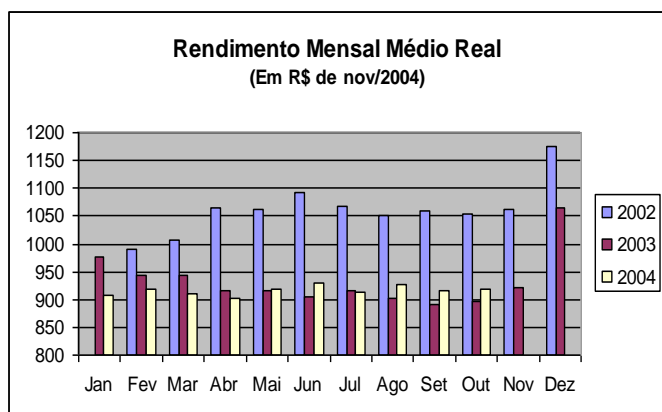
Fonte: IBGE

No quesito emprego, ao contrário do que sustenta o governo, a situação não é boa. Vemos pelo gráfico seguinte que os níveis de desemprego de outubro/2004 (medidos pelo DIEESE) ainda estão acima dos níveis de 1998. E é sempre bom lembrar que, na Era FHC, o desemprego dobrou. A geração de postos de trabalho durante 2004 - segundo o governo, a maior em muitos anos - apenas compensou a grande explosão do desemprego no ano passado.



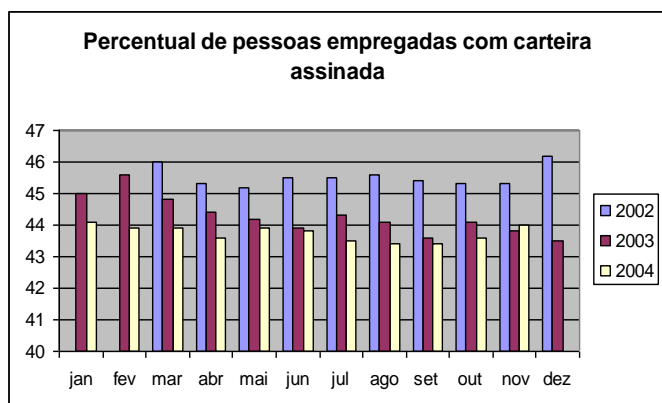
Fonte: DIEESE. Obs: Média das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Distrito Federal, Salvador, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

Quando o desemprego aumenta, os trabalhadores começam a aceitar salários menores, pois perdem poder de barganha frente aos capitalistas. Quando analisamos a renda média recebida pelos trabalhadores, a preços já corrigidos pela inflação (preços de outubro de 2004), vemos que a renda caiu drasticamente no governo Lula, e permanece em níveis muito menores que no último ano de FHC. Em outubro de 2004, a renda era 13% menor que no mesmo mês de 2002.



Fonte: PME-IBGE

A precarização dos postos de trabalho também resulta em mais informalidade. Vemos no gráfico seguinte que em 2003, caiu a porcentagem de pessoas empregadas com carteira assinada. Em 2004, a situação ainda piorou mais.



Fonte: PME – IBGE. Obs: Não há dados disponíveis para os primeiros dois meses de 2002.

## Afinal, quais são as restrições ao crescimento?

Nos últimos anos, a economia brasileira apresentou índices medíocres de crescimento econômico. A ocorrência de crises financeiras, às quais o Brasil está vulnerável, determinou esta performance. Quando ocorre uma crise, o governo é levado a aumentar os juros a níveis estratosféricos, na tentativa de manter o capital financeiro no país, comprometendo toda a atividade econômica do país e o próprio crescimento econômico.

Há vários outros aspectos a serem considerados para a obtenção de níveis de crescimento econômico. A infra estrutura do país (estradas, energia) se encontra em estado crítico, demandando urgentes investimentos públicos. A taxa de juros brasileira ainda é a maior do mundo, o que inibe investimentos produtivos e drena grande parcela do orçamento público para o pagamento de juros, impedindo que o Estado invista, e assim induza o crescimento econômico.

Mas o aspecto mais importante a ser considerado é que de nada adianta um crescimento econômico se esse não se traduzir em distribuição de renda, e na melhoria das condições de vida da população. A ser mantida esta política, dificilmente os níveis de desemprego e informalidade baixarão para os vigentes antes da Era FHC, e muito provavelmente o Brasil continuará sendo um dos campeões mundiais em concentração de renda.

Para haver uma mudança efetiva no país, o governo deve mudar a política econômica, o que pressupõe o fim dos superávits primários, e a forte queda das taxas de juros. Outra medida básica é a implementação de controles sobre o fluxo de capitais, para que não tenhamos de elevar nossas taxas de juros quando de uma crise financeira internacional.

## Seminário Internacional: “Ilegitimidade da Dívida: Um Caso de Auditoria”

A Campanha Jubileu Sul realizou, em Brasília, dia 10 de novembro de 2004, Seminário que buscou fortalecer a articulação internacional para a auditoria conjunta das dívidas dos países do 3º Mundo

A Campanha Jubileu Sul realizou em Brasília nos dias 9 a 11 de novembro de 2004, em conjunto com várias outras entidades, Oficina Internacional da Auditoria das Dívidas. No dia 10, realizou-se no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal o Seminário Internacional *“Ilegitimidade da Dívida: Um Caso de Auditoria”*. O Seminário contou com a presença de representantes de vários países da América Latina, que fizeram um diagnóstico do endividamento externo latino-americano e ressaltaram a importância do mecanismo da Auditoria para a resolução do problema do endividamento.

Em sua abertura, o evento contou com a presença da Deputada Dra. Clair (PT/PR, presidente da Frente Parlamentar e Social de Acompanhamento da Dívida), do Conselheiro Federal da OAB pela Bahia, Arx Tourinho, e de Sandra Quintella, da Campanha Jubileu Sul. Na ocasião, foi proposta a formação de Comissão Parlamentar pela instalação da Auditoria da Dívida, composta por parlamentares e por entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil que, dia 8 de novembro, acabara de aprovar Ação, junto ao Supremo Tribunal Federal, para obrigar o Congresso Nacional a auditar os atos e fatos geradores da dívida externa brasileira.

No painel da manhã, foi feito um diagnóstico da questão da Dívida Externa, sendo ressaltado o caráter ilegítimo destas dívidas, e a necessidade de uma Auditoria. Os expositores foram Marcos Arruda (PACS), que falou sobre o tema “Dívida, Comércio e Políticas Sociais”, Beverly Keene (Jubileu Américas), expondo o contexto internacional da formação da dívida, Dércio Garcia Munhoz (UnB), com o tema “Dívida e o Desenvolvimento Nacional”, e o Padre Gabriele (CONIC), falando sobre “Ética e Dívidas Sociais”. A mesa foi presidida por Ana Mary Carneiro, do Unafisco Sindical.



Mesa da manhã: Marcus Arruda (PACS), Beverly Keene (Jubileu Américas), Ana Mary (Unafisco), Dércio Garcia Munhoz (UnB) e Padre Gabriele (CONIC). Foto: Cadu



Integrantes do MST durante a abertura do Seminário. Na mesa, o Conselheiro Federal da OAB Arx Tourinho, a Deputada Federal Dra. Clair (PT/PR) e Sandra Quintella, do PACS. Foto: Cadu

Na parte da tarde, coordenada por Dalila Pedrini (Cáritas), foram expostos casos exemplares de auditorias já realizadas em países da América Latina. A experiência brasileira foi apresentada por Rodrigo Ávila (Campanha Auditoria Cidadã da Dívida), que foi seguido por Ivonne Yanez (Acción Ecológica), do Equador. A equatoriana tratou sobre o tema da dívida ecológica, informando que, no Equador, há muitos projetos financiados externamente – inclusive pelo BNDES, do Brasil – que causaram danos ao meio ambiente. Após, Ercilio Moura (Plataforma Interamericana de Direitos Humanos - PIDH) apresentou a experiência peruana, mostrando um exemplo de Dívida Ilegítima: o caso Elliot. Por fim, Jorge Acosta (PIDH-

Equador) listou os argumentos jurídicos, constantes no Direito Internacional, que conferem à dívida externa seu caráter ilegítimo ou ilegal.

À noite, foi realizada Mesa de Parlamentares, com a presença do Deputado Estadual Renato Simões (PT/SP), os Deputados Federais Ivan Valente (PT/SP) e Maninha (PT/DF) e o Senador Eduardo Suplicy (PT/SP).

Os parlamentares foram unânimes em apontar a Dívida como um entrave ao desenvolvimento e à solução dos problemas sociais no Brasil, e apoiaram a realização da Auditoria. A mesa de parlamentares foi coordenada por Sandra Quintella (PACS).

Vejam, a seguir, a Declaração do Seminário.

## **CONTRIBUIÇÕES PARA INCENTIVAR A REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS FRENTE À ILEGITIMIDADE DA DÍVIDA EXTERNA**

### **Oficina Internacional da Auditoria das Dívidas - Brasília, 09 a 11 de novembro de 2004**

Recentemente, as distintas campanhas e organizações que trabalham com o tema da dívida começaram a exigir a realização de uma Auditoria oficial das dívidas de cada um dos países. Como parte deste mesmo caminho, nos reunimos na Oficina Internacional da Auditoria das Dívidas, em Brasília, para avançar no debate político e metodológico em torno da importância e características das Auditorias, assim como para sistematizar as experiências de distintos países na região. As idéias que compartilhamos e que damos continuidade têm por objetivo impulsionar a realização de Auditorias, assim como convidar os movimentos e organizações de todo o continente a incorporarem em suas práticas e estratégias esta ferramenta frente à dívida.

#### **1. POR QUE UMA AUDITORIA:**

Reafirmamos que a Dívida Externa é um mecanismo perverso de reciclagem do modelo financeiro internacional a serviço dos sistemas capitalistas, que convertem os países pobres em exportadores líquidos de capitais:

- que empobrece os nossos países – incluindo os chamados países de renda média – e condena à miséria nossos povos, violando nossos direitos humanos integrais, nossa soberania e nossos direitos à autodeterminação;

- que pretende hipotecar o nosso futuro aumentando a dependência de nossos países com a imposição de novos créditos e condicionalidades;

- que a Dívida Externa é um instrumento do projeto neoliberal de liberalização financeira e comercial, cujo avanço hoje se negocia em diversos planos como a ALCA, os TLC's bilaterais e sub-regionais, os acordos com a União Européia e a América Latina, e a Organização Mundial do Comércio;



Na mesa de parlamentares, o Deputado Estadual Renato Simões (PT/SP), o Deputado Federal Ivan Valente (PT/SP) e Sandra Quintella (PACS) Foto: Davi

- que é um mecanismo de geração e acumulação da Dívida Ecológica e da Dívida Social, tanto pela destinação dos empréstimos recebidos, como pela pressão que exerce sobre nossos países para exportarem e obterem divisas;

- que leva ao aprofundamento da violência, das disparidades econômicas e sociais, e à desigualdade gênero;

- que está a serviço da militarização e do armamentismo, levando à criminalização das lutas pelo reconhecimento e resgate das Dívidas Sociais, Ecológicas e Históricas;

- que na maioria dos casos o processo de acumulação da Dívida Externa é ilegítima e ilegal, incluindo formas fraudulentas e corruptas, e pode-se dizer, de forma feroz, obrigando nossos países



a pagar grandes amortizações, comissões e juros usurários, e convertendo-nos em devedores eternos; e



Na mesa de parlamentares, a Deputada Federal Maninha (PT/DF) e o Senador Eduardo Suplicy (PT/SP) Foto: Davi

- que a Dívida Externa também tem formas jurídicas e alcance político que criam a obrigatoriedade de seu cumprimento nas condições que são determinadas pelos credores, incluindo as organizações financeiras como o FMI, o BM o BID entre outras.

Por tudo isso, consideramos necessária a realização de uma análise profunda sobre os motivos e a maneira na qual foram contraídas as Dívidas Externas, sobre os montantes desembolsados para o pagamento dos juros e amortizações, assim como as conseqüências que trouxeram e que trazem para os nossos povos e países.

Esta Auditoria deve refletir a dimensão política e estratégica da Dívida Externa, requerendo um desenho rigoroso e uma ampla participação da sociedade civil, multisetorial e interdisciplinar.

Esta Auditoria faz parte da obrigação do Estado de prestar contas aos seus cidadãos e cidadãs, e do direito que tem o povo de estar informado, de participar das decisões sobre as políticas que o afetam e exercer controle e vigilância sobre as ações do governo.

## 2. OBJETIVOS DA AUDITORIA:

- Demonstrar as condições da ilegitimidade e a ilegalidade da Dívida Externa exigida aos nossos países;
- Fundamentar que a dívida já foi paga e que não devemos continuar pagando-a;
- Mostrar a co-responsabilidade dos credores junto com os governos e grandes grupos econômicos de nossos países e expor elementos concretos para a sanção dos crimes e violações cometidos contra os direitos humanos;
- Demonstrar a relação que há entre a Dívida Externa e os impactos sobre os ecossistemas no cumprimento, por parte dos estados, das obrigações contidas nos tratados internacionais em matéria de direitos humanos;
- Estabelecer que os países e instituições credoras converteram-se em devedores de uma Dívida Social e Ecológica com os países e povos empobrecidos;
- Viabilizar a relação entre a Dívida Externa, os tratados de livre comércio e a militarização como parte do mesmo modelo;
- Fortalecer a organização e a mobilização da sociedade frente a Dívida Externa;
- Favorecer a elaboração de estratégias e políticas concentradas em nossos países para enfrentar a pretensão dos credores de condenar os povos ao pagamento indevido, fazendo uma Dívida Eterna e um Assassinato Silencioso;
- Fortalecer o movimento pelo repúdio e anulação desta Dívida que não devemos, pela restituição do que já foi pago indevidamente e pela reparação das conseqüências.

## 3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DAS AUDITORIAS:

- As Auditorias devem ser integrais e multicriteriais, incorporando o uso de uma ampla gama de indicadores que permitem a investigação e demonstração das características e processos de acumulação da Dívida Externa, assim como também das Dívidas Ecológicas, Sociais e Históricas;

- Devem ser um instrumento participativo, com um caráter multisetorial e interdisciplinar que comprometa a todas as organizações e movimentos políticos, sociais, econômicos, espirituais, culturais entre outros, nacionais e internacionais;
- Devem ser um canal de informação e formação que permitam à sociedade, de modo conjunto, viabilizar e avaliar a incidência da Dívida Pública nas políticas e no orçamento oficial;
- Devem contribuir para desmascarar o discurso ideológico, publicamente estabelecido na questão da Dívida Externa, que promove a aceitação, a resignação e a passividade frente ao verdadeiro caráter da dívida, frente à possibilidade de desenvolver alternativas;
- Devem partir dos dados fidedignos, dos processos de uma maneira rigorosa e transparente com a confiabilidade e responsabilidade social;

#### **4. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

- No cenário atual da América Latina e Caribe, assim como em outras partes do mundo, constatamos que têm se multiplicado as iniciativas e ações contestatórias contra o pagamento da Dívida Externa, refletindo assim um claro repúdio à Dívida, por parte das pessoas e organizações. Neste contexto, devemos impulsionar as Auditorias como ferramenta estratégica, potencializando junto outras formas de luta e mobilização que busquem denunciar e acabar com a Dívida Ilegítima e Ilegal e suas conseqüências.

- As autoridades nestes países demonstraram uma grande insensibilidade e um comportamento servil frente às ordens dos centros de poder financeiro internacional. Continuam pagando a Dívida Externa ao custo da acumulação cada vez maior das Dívidas Públicas, Sociais e Ecológicas. Diante disso, devemos reiterar a exigência a nossos governos que suspendam os pagamentos da Dívida Externa, assim como a contratação de novos créditos.

- Para alcançar estes objetivos, reconhecemos a importância de buscar uma maior e melhor coordenação em nível regional e global, assim como também a necessidade de fortalecer as alianças estratégicas que favorecem os processos de acumulação de poder social e político, convocando neste sentido a formação de uma forte mobilização, ampla e plural, em todo o nosso continente e globalmente para exigir e fazer o possível para a realização de Auditorias em cada um de nossos países.

- Neste caminho, convocamos especialmente as organizações e movimentos sociais a participar ativamente da Assembléia dos Povos Credores da Dívida Social, Ecológica e Histórica, assim como na Oficina sobre Auditoria da Dívida Externa, Ecológica, Social e Histórica, que realizaremos durante o V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em Janeiro de 2005.

## As Atividades da Auditoria Cidadã em 2004

### Vejam o relato das principais ações da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida realizadas ano passado

#### **Análise dos Contratos de Endividamento Externo (1973-2001)**

Após ter analisado, em 2003, os contratos de endividamento externo referentes ao período de 1964 a 1973, o grupo de estudos da Auditoria Cidadã retornou aos arquivos do Senado para analisar os contratos dos anos de 1973 a 2001. Novamente, apenas uma pequena parte dos contratos foram encontrados, os quais continham várias cláusulas ofensivas à soberania nacional. Os juros flutuantes, principais responsáveis pelo crescimento de nossa dívida externa, apareceram em nada menos que 91,98% do valor financiado, enquanto o pagamento de juros sobre a parte ainda não tomada dos empréstimos foi identificada em 59% dos valores emprestados. A adoção de foro estrangeiro para a resolução de controvérsias entre credores e devedores – o que significa renúncia à soberania nacional – foi feita em quase metade do valor financiado. Outras cláusulas também se destacam, como a que impõe a adoção, pelo Brasil, de programas do FMI, e a que impede o país de criar quaisquer controles sobre a movimentação de capitais. Para maiores detalhes sobre a análise dos contratos, ver o Boletim Auditoria Cidadã n. 10.

#### **Oficina “The Illegitimate Debt Audit – Auditoria da Dívida Ilegítima”, realizada na Cidade do Cabo, África do Sul**

Nos dias 11 a 13 de junho de 2004, foi realizada pela Campanha Jubileu / África do Sul Oficina com a participação de representantes de dezenas de países da África, com vistas à difusão do processo de Auditorias Cidadãs no continente. A Campanha brasileira Auditoria Cidadã da Dívida foi convidada a participar do evento, para expor sobre a experiência brasileira, tendo sido representada pelo economista Rodrigo Ávila, que forneceu subsídios para a realização das auditorias na África.

#### **Fórum Social das Américas**

Foi realizado, em Quito (Equador), nos dias 26 a 30 de julho de 2004, o I Fórum Social das

Américas (FSA), do qual a Campanha Auditoria Cidadã da Dívida participou. Antes do Fórum, a Campanha também expôs a experiência brasileira em oficina preparatória, ocorrida em Guayaquil, e organizada pela Rede Estratégia Andina e Jubileu 2000 – Rede Guayaquil. Dia 26 de julho, já no FSA, em Quito, foi realizado o Seminário “Auditorias Cidadãs como Ferramenta de Luta Frente à Ilegitimidade da Dívida Externa”, no qual também foi exposta a experiência brasileira. O evento foi promovido em conjunto pela Campanha Jubileu Américas, Estratégia Andina, Jubileu 2000 / Rede Guayaquil, ILDIS e CADTM (Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo).

#### **Participação em Sessão Plenária dos Conselheiros Federais da OAB**

Dia 19 de Outubro de 2004, a Ordem dos Advogados do Brasil convidou a Campanha Auditoria Cidadã da Dívida a expor aos Conselheiros Federais da OAB sobre o processo de endividamento público brasileiro. O convite visou informar aos conselheiros sobre a situação atual da dívida, e enfatizar a necessidade da Auditoria. A Sessão Plenária tinha por objetivo colocar em votação a proposta de entrada de Ação junto ao STF, para obrigar o Congresso Nacional a instalar a Comissão da Auditoria da Dívida, prevista na Constituição Federal. Dia 8 de novembro, o Pleno do Conselho Federal da OAB votou e aprovou a Ação, que deu entrada no STF dia 6 de dezembro de 2004.

#### **Seminário Internacional “Ilegitimidade da Dívida: Um Caso de Auditoria”**

Foi realizado, no dia 10 de novembro, no auditório Petrônio Portella, no Senado Federal, Seminário Internacional que buscou fortalecer a articulação internacional para a auditoria conjunta das dívidas dos países do 3º Mundo. Estiveram presentes representantes de vários países da América Latina, parlamentares e membros de diversas entidades nacionais. Para um relato completo do Seminário, ver matéria anterior.

## Grupo de Estudos da Auditoria da Dívida – São Paulo lança estudo sobre projeções para o Endividamento Público

**Mesmo com superávits primários leoninos e altas taxas de crescimento econômico nos próximos anos, dificilmente o Brasil poderá reduzir seu endividamento aos níveis pré-FHC**

Dia 21 de outubro de 2004, em Seminário ocorrido na Fundação Getúlio Vargas/São Paulo, foi apresentado pelos Auditores-fiscais da Receita Federal Silvana M. Campos e Marcelo C. Guimarães estudo acerca das perspectivas para a evolução da dívida pública nos próximos 10 anos. O Estudo, denominado *“Dívida Pública - Brasil 2004-2014 - Estudo de Sustentabilidade”*, procura aferir o nível de endividamento futuro como percentagem do PIB, levando em conta as variáveis crescimento econômico, taxa de juros e superávit primário. Como fatores que provocariam a redução da dívida, o estudo elenca a realização do superávit primário e o crescimento do PIB, uma vez que, com um PIB maior, a relação dívida/PIB se reduziria. Por outro lado, a taxa de juros atuaria aumentando a dívida.

Assim, foram feitas previsões sobre o comportamento destas variáveis nos próximos 10 anos. Uma conclusão importante é que, mesmo em uma projeção otimista para o crescimento econômico nos próximos 10 anos - de 4% ao ano - e admitindo-se um superávit primário leonino até 2014 - de 3% do PIB - ainda assim, a taxa de juros real teria de cair, imediatamente, dos atuais 10% ao ano para 3,76% para que os níveis de endividamento voltassem aos níveis pré-FHC, isto é, abaixo de 30% do PIB. Ou seja: mesmo que o país faça um esforço desumano nos próximos 10 anos, cortando na carne os gastos sociais, e crescendo a taxas muito superiores à média dos últimos anos, ainda assim teríamos de dividir por três nossa taxa de juros atual, para que, em 2014, a relação dívida/PIB voltasse aos níveis pré-FHC.

Outra simulação do estudo mostra que, caso a taxa de juros atual seja mantida nos próximos

10 anos, nem mesmo um crescimento econômico de 5% ao ano e um superávit primário de 5% do PIB fariam a dívida retroceder aos níveis pré-FHC. Aliás, seria bastante difícil o país crescer a esta taxa até 2014 com um superávit primário tão grande, visto que, sem investir, o Estado não poderia fomentar um crescimento de 5% do PIB.

O estudo ainda faz outras suposições otimistas, como, por exemplo, a de que o dólar não variará nos próximos anos, ao contrário do que vem ocorrendo desde 1995, com as crises financeiras internacionais, às quais o Brasil está vulnerável. Boa parte de nossa dívida está indexada ao dólar, e a qualquer aumento deste, a relação dívida/PIB também aumenta.

As conclusões do trabalho são fundamentais para verificarmos que, ao contrário do que tem sido apregoado pelo governo, a questão da dívida não se resolve com superávits primários cada vez maiores, e sim, com a revisão do processo de endividamento - ou seja, auditoria - e fortes quedas na taxa de juros, como defendem os autores do estudo.

Os autores também defendem a instalação de controles sobre os fluxos de capital, para que não sejamos obrigados a aumentar os juros caso ocorram crises financeiras e fuga de capitais. O controle de capitais evitaria também a alta da moeda americana, que indexa grande parte de nossa dívida.

Propostas desse tipo exigem a mudança da atual política econômica, baseada na submissão aos mercados financeiros, livre fluxo de capitais e metas de inflação, cuja obtenção se dá exclusivamente via altas taxas de juros.

*O estudo está disponível na íntegra no site [www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br).*